



# OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº 21 | JULHO 2021 >>>

[www.observatoriobr319.org.br](http://www.observatoriobr319.org.br)



# 1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

## Como navegar?

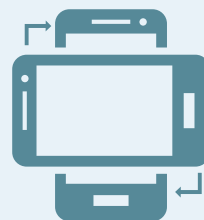
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

## 2. Links/Hyperlinks

[www.observatoriobr319.com.br](http://www.observatoriobr319.com.br)

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

## 4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

## 3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

# ≡ Nesta Edição

## 4 Editorial

## 5 Destaque do Mês

- Moradores se mobilizam pela conservação da região do rio Manicoré

## 10 Interior em Foco

- Comunidade da BR-319 registra surto de covid-19

## 12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

## 19 Ciência

- “Ainda temos a oportunidade de impedir que a BR-319 se transforme na ‘Rodovia do Desmatamento’”

## 21 Minuto BR



# Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Esta edição traz atualizações importantes sobre o processo de licenciamento das obras na BR-319. O Dnit abriu licitação para contratação da empresa que fará a recuperação de áreas degradadas no Trecho do Meio. O pregão deve ser encerrado no início de agosto.

A instalação dos canteiros para as obras no Lote C está a todo vapor há cerca de um mês. O órgão está apenas aguardando o nível dos rios diminuir para começar as ações. Ainda sobre o Lote C, uma especialista premiada internacionalmente será a responsável pelo projeto das passagens de fauna da área. Também tem novidades sobre o Trecho do Meio, que já tem definida a empresa que fará os estudos ambientais para minimizar o impacto das obras no local.

A seção Ciência tem um artigo produzido pela UFMG sobre o custo-benefício da repavimentação da BR-319. Com propriedade, a pesquisadora Juliana Leroy Davis lança, ainda mais, luz sobre aspectos da ação que podem enriquecer o debate.

Além disso, falamos sobre a criação de uma RDS na região do rio Manicoré. Um levantamento minucioso de pesquisa e entrevista com a pesquisadora Jolemia Chagas, apresenta informações raras sobre o curso d' água. A matéria também tem informações atualizadas sobre o processo de criação da UC e relatos de quem mora no município e depende do rio para sobreviver.

## O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

Não poderíamos deixar de falar sobre os casos de covid-19 na rodovia. A edição traz atualizações sobre o surto detectado em uma comunidade às margens da estrada. A boa notícia é que, segundo a Semsa de Careiro, ninguém precisou de internação.

Nos monitoramentos, os dados de desmatamento e focos de calor se mantêm preocupantes. Mesmo com relativa estabilidade, os números nos mostram que não podemos baixar a guarda, uma vez que a famigerada temporada de queimadas está chegando. Sem fiscalização e sem a atuação intensa de órgãos de comando e controle, fica difícil acreditar que teremos um ano diferente do que passou.

Boa Leitura!

**Fernanda Meirelles**

Secretária Executiva do Observatório BR-319



# Destaque do Mês

Foto: Jolemia Chagas

*Uma das enseadas do rio Manicoré.*

# Moradores se mobilizam pela conservação da região do rio Manicoré

Medida visa proteger populações tradicionais que se sentem ameaçadas por atividades ilegais cada vez mais frequentes na área.

Moradores da região do rio Manicoré, no município de mesmo nome, estão se mobilizando para dar celeridade à criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no local. O processo teve início em 2008, mas, devido à falta de consenso entre os moradores e o poder público, não foi concluído até hoje. Segundo a Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta) e lideranças locais, é necessário concretizar a criação da Unidade de Conservação (UC) devido a relatos sobre o avanço de atividades ilegais de desmatamento, pecuária, caça, pesca e até garimpo na região. O pedido já foi encaminhado ao órgão gestor da política ambiental do Amazonas, à Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) e é acompanhado pela Procuradoria da República no Amazonas (MPF-AM).

O processo de criação da RDS do Rio Manicoré já passou **pelas etapas de estudos técnicos, oficinas e consultas públicas**. No entanto, esse percurso tem sido bastante turbu-



*Registro feito por um morador, e cedido ao OBR-319, mostra uma balsa carregada com madeira no rio Manicoré.*

Foto: Cediada por morador da região

lento, com discordâncias e disseminação de notícias falsas. Somado a isso, as terras do local estão enquadradas em diversas categorias fundiárias, o que torna a situação mais complexa. Por essa razão, o processo tem caminhado lentamente e enfrentado dificuldades para alcançar um desfecho.

A coordenadora da Reta em Manicoré, Jolemia Chagas, acompanha a situação desde o início. Para ela, o local é alvo de

interesse do agronegócio, mas deve ser resguardado em favor das populações tradicionais. “A área da região do rio Manicoré é de florestas públicas. A criação da RDS garantiria o direito à terra a comunidades que vivem ancestralmente no local por meio da **CDRU**, que dá a elas o direito de permanecer onde sempre estiveram de forma comunal”, explica Chagas. “Além disso, a criação de uma Unidade de Conservação traz vários benefícios, pois as RDSs possuem programas e recursos para se trabalhar infraestrutura, cadeias produtivas e comunicação por meio do Programa Arpa, do Governo Federal, que tem verba para unidades estaduais”, acrescenta.



## RELEMBRE



*O mesmo morador fotografou um equipamento abandonado nas proximidades do rio Manicoré.*

Foto: Cediada por morador da região

Jolemia também explica que, por se tratar de um território de uso coletivo, que agrega diversas comunidades, a criação da área protegida garantiria a conservação do território ancestral do rio Manicoré. “No processo de zoneamento é possível mapear as áreas de uso coletivo para que não haja problemas de perda de autonomia para uso da terra ou do rio, porque a RDS permite o uso das áreas pelas comunidades”, diz.

## PROTAGONISTA DA HISTÓRIA

O rio Manicoré é um curso d'água pouco estudado mas de fundamental importância regional. Não só por ser tributário da margem direita do Madeira, um dos maiores rios de origem andina, mas por ser a morada de diversos povos que constituíram a região do Médio Madeira. Escritos jesuítas de 1688 descritos pelo missionário padre Betendorf já citavam o rio e a nação Iruri, contatada pelos jesuítas na região onde hoje se encontra a cidade de Manicoré. Segundo Jolemia Chagas, este era um grupo indígena extenso e de complexa organização social da qual o povo Anikoré ou Onikoré era parte.

“O significado do nome Manicoré parece cultivar durante todo esse tempo resquícios do mito de origem dos povos originários Onikorés”, conta “O nome da cidade de Manicoré, quer dizer filhos da deusa e deriva da junção de Mani e Onikoré. Mani era uma indígena que, depois de morta, passou a ser adorada como divindade por este povo. Além do mais, o nome Manicoré

também é relacionado com a mandioca, utilizada na produção de farinha e seus derivados em várias localidades da região do Madeira”, acrescenta Chagas.

Desde a invasão europeia na Amazônia, o processo de ocupação de onde hoje é o município de Manicoré se intensificou. Nordestinos, judeus, peruanos e bolivianos, junto com indígenas que já moravam no local, contribuíram para a formação da sociobiodiversidade da região. Ainda hoje, o rio Manicoré garante a subsistência de pelo menos 15 comunidades tradicionais, com mais de duas mil pessoas, que mantêm seu modo de vida através da transmissão de saberes ancestrais de geração para geração.



*Imagem aérea da comunidade Boa-fé, que existe há pelo menos 50 anos nos arredores do rio Manicoré.*

Foto: Jolemia Chagas

## ÁREA PRESSIONADA

Os municípios localizados na região sul do Amazonas são historicamente líderes de desmatamento no estado. Por diversas razões, mas principalmente pela ausência de fiscalização e combate a ilícitos ambientais, pessoas mal intencionadas se sentem à vontade para agir na região. “A situação no sul do Amazonas sempre foi preocupante, mas as atividades ilegais vêm ganhando ainda mais força nos últimos anos, o que compromete até mesmo o desenvolvimento de uma economia local com bases sustentáveis. A especulação fundiária transforma a floresta em mercadoria e esta é mais valorizada quando convertida em áreas abertas para agropecuária”, analisa a secretária executiva do Observatório BR-319, Fernanda Meirelles.

Segundo Jolemia Chagas, a fronteira do desmatamento vem avançando pelo setor sul de Manicoré devido à expansão do assentamento de Santo Antônio do Matupi. “Há muitos interesses geopolíticos que rondam o rio Manicoré”, explica. “Estes interesses estão relacionados ao avanço do agronegócio, da pecuária e de madeireiras situadas no sul do Amazonas, principalmente da área de influência da Transamazônica”, diz. “Estamos vendo aqui o mesmo processo pelo qual passou Apuí e o rio Aripuanã, e que está chegando com muita força na região. Criar Unidades de Conservação é uma estratégia para conservar os lugares onde as populações ainda vivem de maneira tradicional, trabalhando na agricultura familiar amazônica, que é característica do local em questão”, defende Jolemia.

## HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA

Em maio de 2016, quatro lideranças do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) em Manicoré, receberam ameaças de morte após a criação da Reserva Biológica (Rebio) do Rio Manicoré. Segundo a entidade, elas não tiveram influência direta na criação da Rebio, mas tinham atividades ligadas à organização socioeconômica e política na região. A situação foi **denunciada ao MPF-AM**.

Ao OBR-319, o CNS informou que é favorável à criação da RDS do Rio Manicoré e que é preciso agilidade na iniciativa, porque atividades ilegais, que destroem o meio ambiente, avançam rapidamente na região. “Os maiores problemas a região do rio Manicoré enfrenta hoje, envolvem disputas territoriais e desmatamento ilegal. Recebemos muitos relatos de moradores que vêm balsas carregadas de madeira descendo pelo rio durante todo o ano”, destaca a entidade. “As pessoas estão se sentindo ameaçadas, porque a frequência dessas atividades é cada vez maior. Com a criação da Unidade de Conservação, elas vão se sentir mais seguras”.

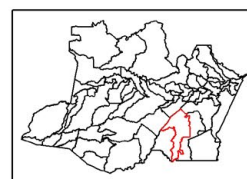
O CNS destaca que a ausência do Estado coloca em risco a defesa da sociobiodiversidade da região. “Temos relatos da presença de invasores até na região da Rebio Rio Manicoré e da Terra Indígena Terra Preta, do povo Mura. Sem fiscalização é muito difícil proteger a floresta e seus povos”.

A situação tem potencial para agravar problemas sociais. “Se essas populações tradicionais forem expulsas das suas terras, elas irão para onde? Para as zonas urbanas das cidades? Para Manaus? É pre-

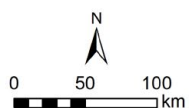
ciso que as autoridades brasileiras entendam que um processo de deslocamento como esse pode colocar seres humanos em situação de vulnerabilidade social, à mercê da pobreza e da fome. E isso não seria bom para ninguém”, critica Fernanda Meirelles.

O mesmo **decreto de criação da Rebio Rio Manicoré**, localizada entre os municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, também criou uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Manicoré e ampliou a Floresta Nacional Amanã, localizada no município de Maués.

O mapa mostra o município de Manicoré, as áreas protegidas criadas em 2016 e a localização do distrito de Santo Antônio do Matupi. A imagem também destaca onde passam a BR-230, a BR-319 e o rio Manicoré.

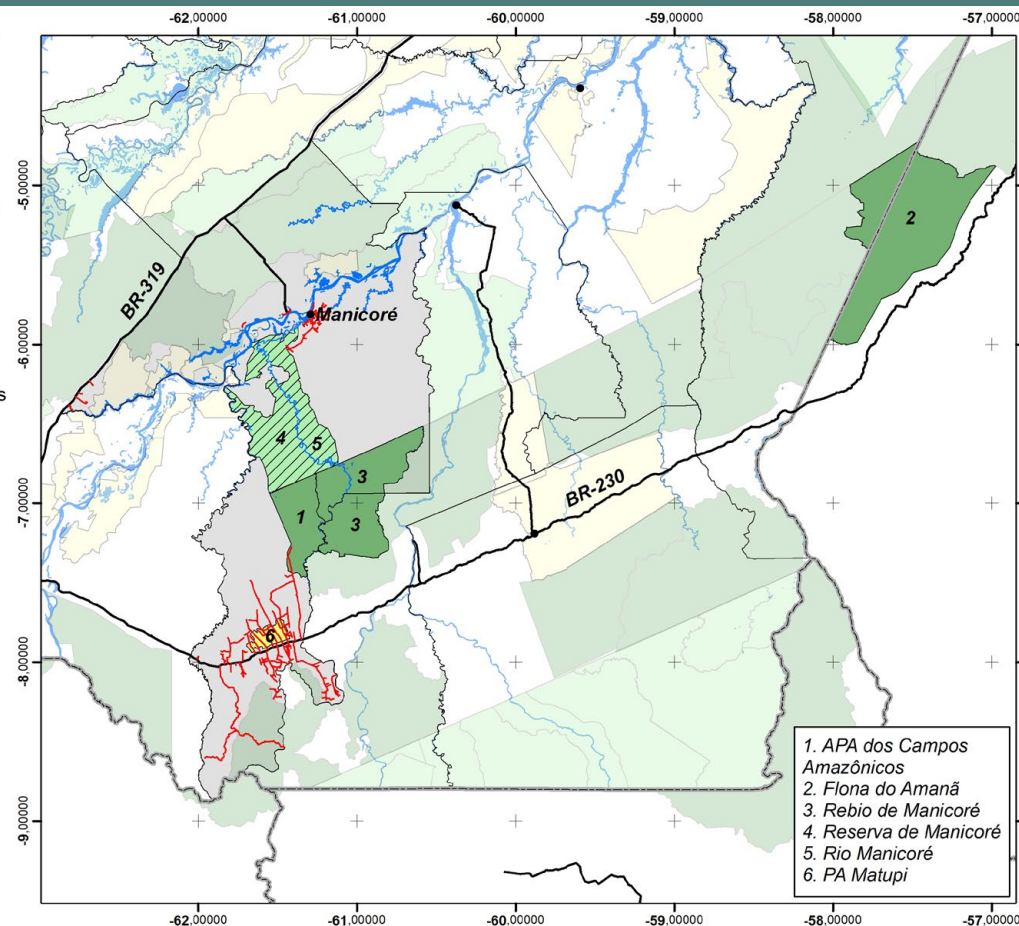


- Limites Estaduais
- Limites Municipais
- Manicoré
- UCs Federais
- UCs Estaduais
- Assentamentos Federais
- Hidrografia
- Trecho Rodoviário
- Ramais
- Cidades



Fonte: Dnit, 2018; Ibge, 2020; ICMbio, 2020; Incra, 2020; Sema-AM, 2021. Coordenadas Geográficas. Datum: Sirgas 2000.

idesam



1. APA dos Campos Amazônicos
2. Flona do Amanã
3. Rebio de Manicoré
4. Reserva de Manicoré
5. Rio Manicoré
6. PA Matupi



**LEIA:**

» **Estudos do ICMBio que subsidiaram a criação das áreas protegidas do sul do Amazonas**

**É PRECISO PENSAR NO FUTURO**

A extrativista Maria Cleia Delgado tem 52 anos e nasceu na região do rio Manicoré. Há 36, ela vive com sua família em uma comunidade na área. Ela é a favor da criação da RDS, pois acredita que somente assim, será possível preservar a sua subsistência e a de gerações futuras. “Para salvar as terras do rio Manicoré, somente a criação de uma RDS. Só que nossos próprios governantes influenciam as pessoas para não aceitarem a ideia. Os grandes empresários estão vindo para a beira do rio Manicoré para tirar nossas terras. Eles já retiram madeira de forma ilegal, fazem pesca predatória e caça. Nós não temos domínio dessas ações. Por isso, precisamos que a RDS seja criada, para que as atividades sejam regularizadas e o local [seja] do povo do rio Manicoré, e não de fazendeiros e empresários”, defende Cleia.

Por se tratar de uma área envolvida no processo de criação de uma UC, existe a recomendação do MPF de que não sejam expedidas novas licenças ambientais para o local, até que o

processo tenha sido finalizado e o plano de manejo da área tenha sido desenvolvido”.

“É preciso criar a RDS para assegurar as terras para os nossos filhos e nossos netos, para eles poderem ver a vegetação, a fauna, a flora, tudo. Se a gente não cuidar, o que vai ser do futuro que vem aí?”, diz. “Onde o povo vai morar? De onde eles vão tirar alimento? A castanha, o açaí, o cipó, que são os recursos naturais que os povos tradicionais vivem para extrair. Por isso a criação da RDS é tão importante”, assegura Cleia.

**O QUE É CDRU**

A CDRU, sigla de Concessão de Direito Real de Uso, é um direito real previsto no artigo 1.225, XII do Código Civil, criado e disciplinado pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Trata-se de uma medida de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. Ela é aplicada em terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado.

**SANTO ANTÔNIO DO MATUPI**

É um distrito de Manicoré, localizado às margens da Rodovia Transamazônica, no km 180, que liga o AM ao PA. Se limita com RO, Apuí e Humaitá, que têm registros expressivos de desmatamento e queimadas. Teve origem nos anos 1970, com as “frentes pioneiras” de imigrantes de outros estados do Brasil, os chamados “colonos”, que vinham atraídos pelo governo federal para promover a suposta ocupação da Amazônia, ignorando que a região era habitada há séculos por indígenas e populações tradicionais. Os novos moradores se instalaram próximo aos canteiros de obras montados para a construção da estrada. Em 1995, se tornou um assentamento e hoje tem mais de 6 mil habitantes, 23 comunidades e é famoso uma questionável pujança econômica oriunda da pecuária.

Foto: Jolemia Chagas

**LEIA TAMBÉM:**

- » **MPAM EM AÇÃO: Acompanha políticas públicas para controle de desmatamento e queimadas em Manicoré**
- » **Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupi**



# Interior em Foco

# Comunidade da BR-319 registra surto de covid-19

As pessoas infectadas são moradoras do território de Manicoré, mas foram atendidas pela Secretaria de Saúde de Careiro.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) de Careiro registrou 31 casos de covid-19 em uma comunidade no quilômetro 175 da BR-319, na primeira quinzena de julho. Segundo o órgão, todas as pessoas já estão curadas e não necessitaram de internação. “Fomos ao local duas vezes. Na primeira, com a Fundação de Vigilância em Saúde e, na segunda, sozinhos. Em princípio, foram identificados 30 casos, depois mais um”, revelou a titular da pasta, Aldineia Pascoal da Silveira.

Em 02 de julho, a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM) noticiou a investigação 21 casos da doença na comunidade Igapó-Açu, no entanto, lideranças do local esclareceram ao Observatório BR-319 que se tratava de um equívoco, o que foi **confirmado pela secretária de saúde do Careiro**. “Na comunidade, moram famílias grandes, oriundas do Acre, e em três casas tinham pessoas se queixando, pas-



*Todos os moradores do local, que estavam aptos, foram vacinados.*

Foto: Tácio Melo / Secom

sando mal”, conta Aldineia. “Eu, como secretária de saúde, fui pessoalmente ao local. Estive acompanhando a ação, levamos médicos, fizemos triagem, mais coletas para exames e, inclusive, vacinamos as pessoas aptas com doses do imunizante da Jansen”, disse.

A área de abrangência do município de Careiro vai até o quilômetro 160, da rodovia BR-319, no rio Tupana. No entanto,

devido à distância entre a margem da estrada e a sede de alguns municípios, onde estão concentrados serviços essenciais, a prefeitura de Careiro dá assistência a moradores até do quilômetro 300, em territórios que pertencem a outros municípios. No caso destas famílias, a comunidade onde elas vivem fica no território do município de Manicoré.

Ainda segundo a Semsa, todos os moradores do local foram medicados e orientados a permanecer em isolamento durante 14 dias. Além dos moradores, também foram vacinados operários de um canteiro de obras da rodovia que trabalham próximo ao local.



*A Semsa de Careiro imunizou trabalhadores de um canteiro de obras da BR-319 com Jansen.*

Foto: Rodrigo Santos / SES-AM



# Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19

# Monitoramento de Focos de Calor

## SEM ALTERAÇÕES EXPRESSIVAS

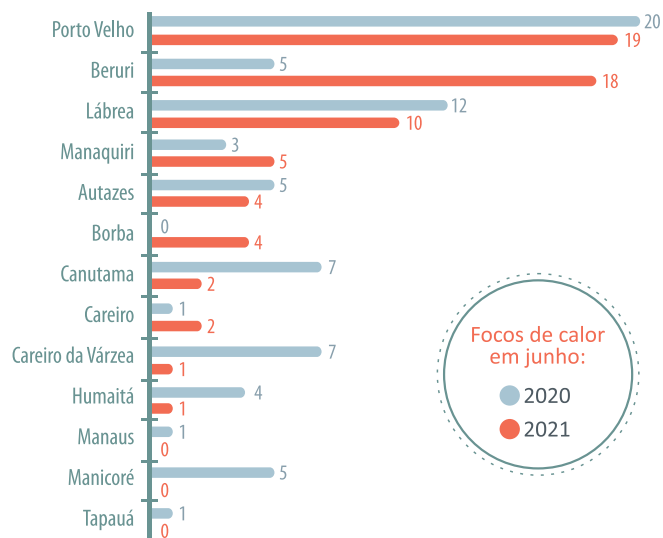
Em junho de 2021 os dados de focos de calor na Amazônia Legal foram praticamente os mesmos de junho de 2020, com um pequeno aumento de 2%, o que não refletiu o comportamento dos estados monitorados pelo OBR-319.

No Amazonas, em Rondônia e nos municípios da BR-319, houve diminuição dos registros em comparação ao ano anterior: de 37%, 7% e 7% respectivamente. No total, o Amazonas apresentou 77 focos de calor, Rondônia 128 e os municípios da BR-319 66.

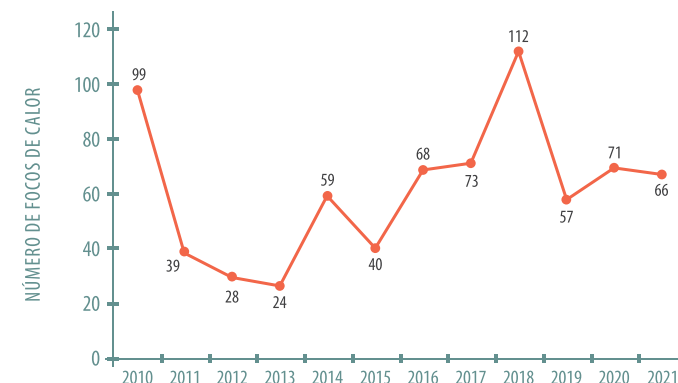
Dos 13 municípios monitorados, quatro apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação a junho 2020 (ver quadro). Lábrea, que apresentou o maior aumento (260%), bateu o recorde da série histórica (2010-2021) para o mês de junho. Além desse, o destaque também vai para os municípios que apresentaram foco zero no mês: Beruri, Humaitá e Manaus.



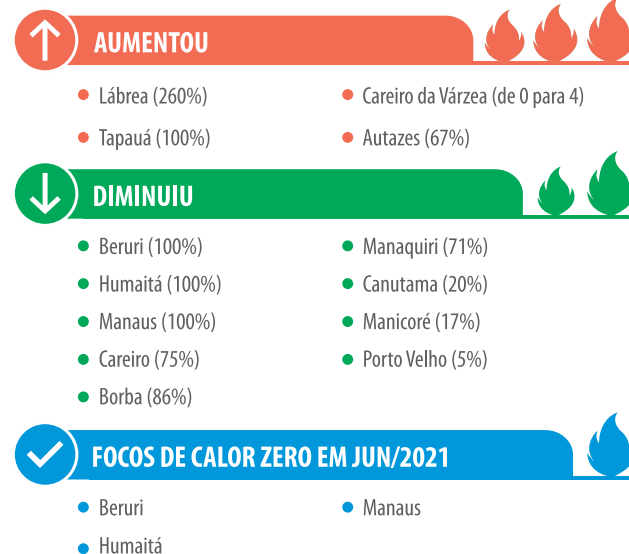
### NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



### FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JUNHO (2010 A 2021)



### COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JUNHO DE 2020





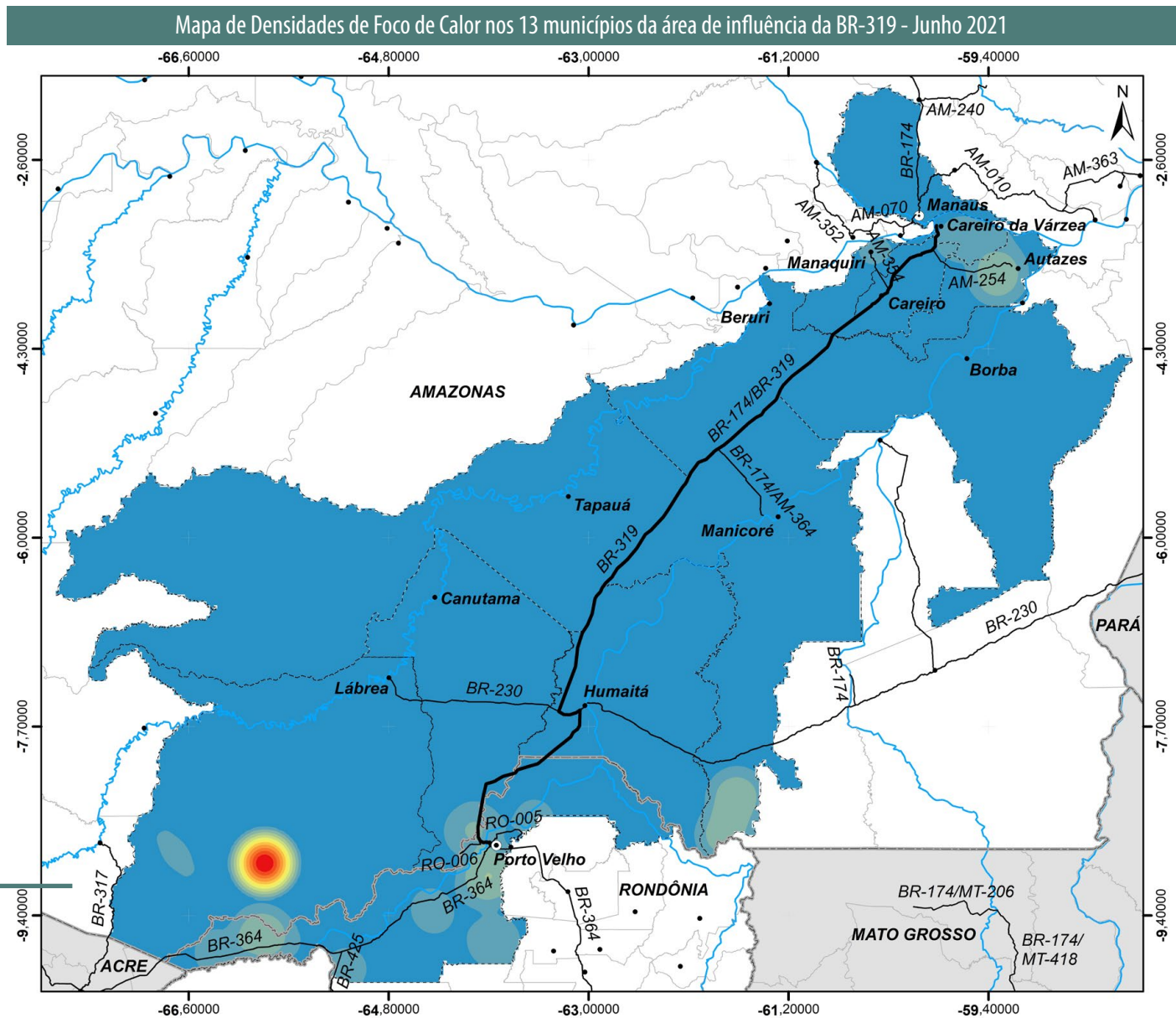
### ÁREAS PROTEGIDAS

Em junho de 2021, das 12 Unidades de Conservação (UC) que apresentaram focos de calor em seus territórios na Amazônia Legal, duas são monitoradas pelo OBR-319, e são: o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, que teve 13 focos e, pelo segundo mês consecutivo, é a UC que apresenta o maior número de focos; e a Floresta Nacional do Iquiri, que apresentou um foco de calor pela primeira vez na série histórica do mês. Em junho de 2021, não foram detectados focos de calor nas Terras Indígenas monitoradas.

<b>0%</b>	<b>DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR</b>	<b>5%</b>	<b>DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR</b>
	<b>LISTA DE TIs MONITORADAS</b>		<b>LISTA DE UCs MONITORADAS</b>



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.



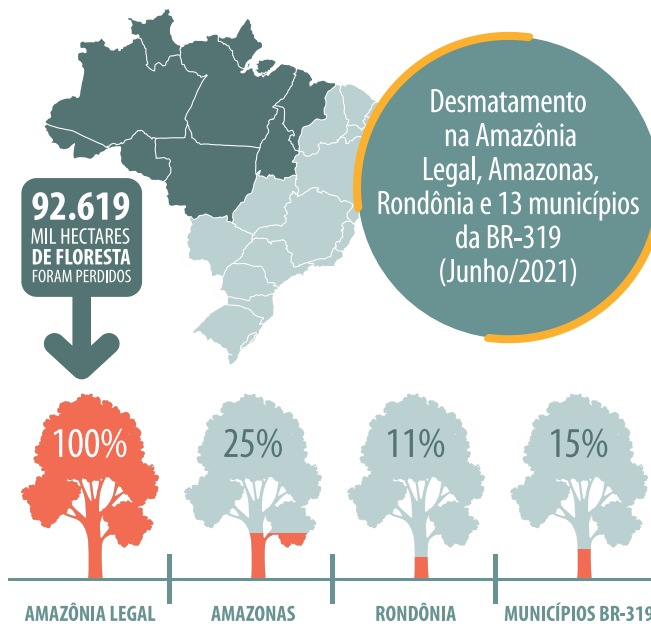
# Monitoramento de Desmatamento

## QUEDA EM MUNICÍPIOS IMPORTANTES, MAS LÁBREA E PORTO VELHO SE MANTÊM NO RANKING NACIONAL

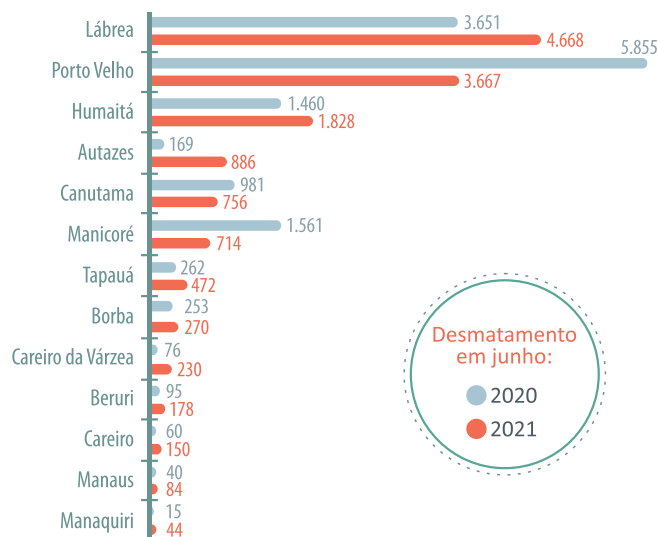
Em junho de 2021, a Amazônia Legal teve 10% de aumento no desmatamento em comparação a junho de 2020.

Este é quinto mês seguido com registro de aumento de desmatamento na região. Seguindo a mesma tendência, o Amazonas também apresentou aumento de 34%. No entanto, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram queda, de 17% e 4%, respectivamente.

É importante explicar que a ligeira queda no dado total de desmatamento na BR-319 foi influenciada pela redução de registros em apenas três municípios: Canutama, Manicoré e, principalmente, Porto Velho. Autazes, por exemplo, apresentou a maior alta de desmatamento na região, com 423%, e sete municípios bateram recorde de desmatamento para o mês de junho dos últimos 12 anos (ver quadro). Lábrea, por sua vez, foi o terceiro município que mais desmatou dentre todos da Amazônia Legal e Porto Velho, ainda que em queda, foi o sexto (**Boletim Imazon**).



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JUNHO DE 2020



### AUMENTOU

- Autazes (423%)\*
- Careiro da Várzea (202%)\*
- Manaquiri (199%)\*
- Careiro (152%)\*
- Manaus (111%)
- Beruri (87%)\*
- Tapauá (80%)
- Lábrea (28%)
- Humaitá (25%)\*
- Borba (7%)\*



### DIMINUIU

- Manicoré (54%)
- Porto Velho (37%)
- Canutama (23%)

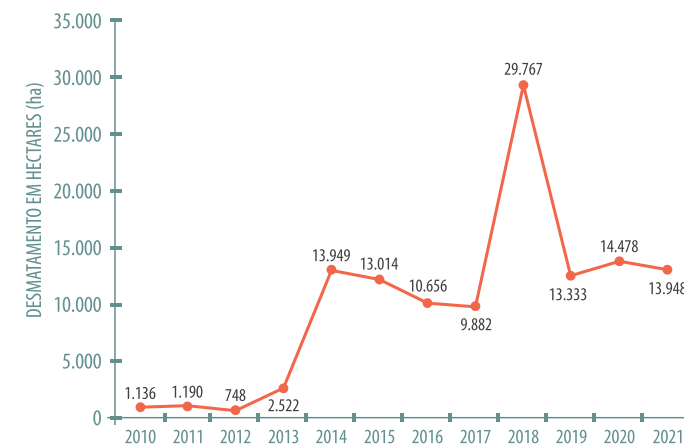


### DESMATAMENTO ZERO EM JUN/2021

- Não tivemos nenhum município.

\*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JUNHO (2010 A 2021)





### ÁREAS PROTEGIDAS

Dez Unidades de Conservação (UC) e 15 Terras Indígenas (TI) apresentaram desmatamento em junho de 2021. O destaque vai para as TIs e UCs que apareceram no ranking das mais desmatadas dentre todas da Amazônia Legal: Floresta Nacional do Bom Futuro, 8º lugar entre as UCs; TI Jaury e TI Karipuna, 6º e 7º lugar entre as TIs, respectivamente. Para acessar os dados de desmatamento de todas as áreas protegidas, [clique aqui](#).

**22%** DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

**24%** DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

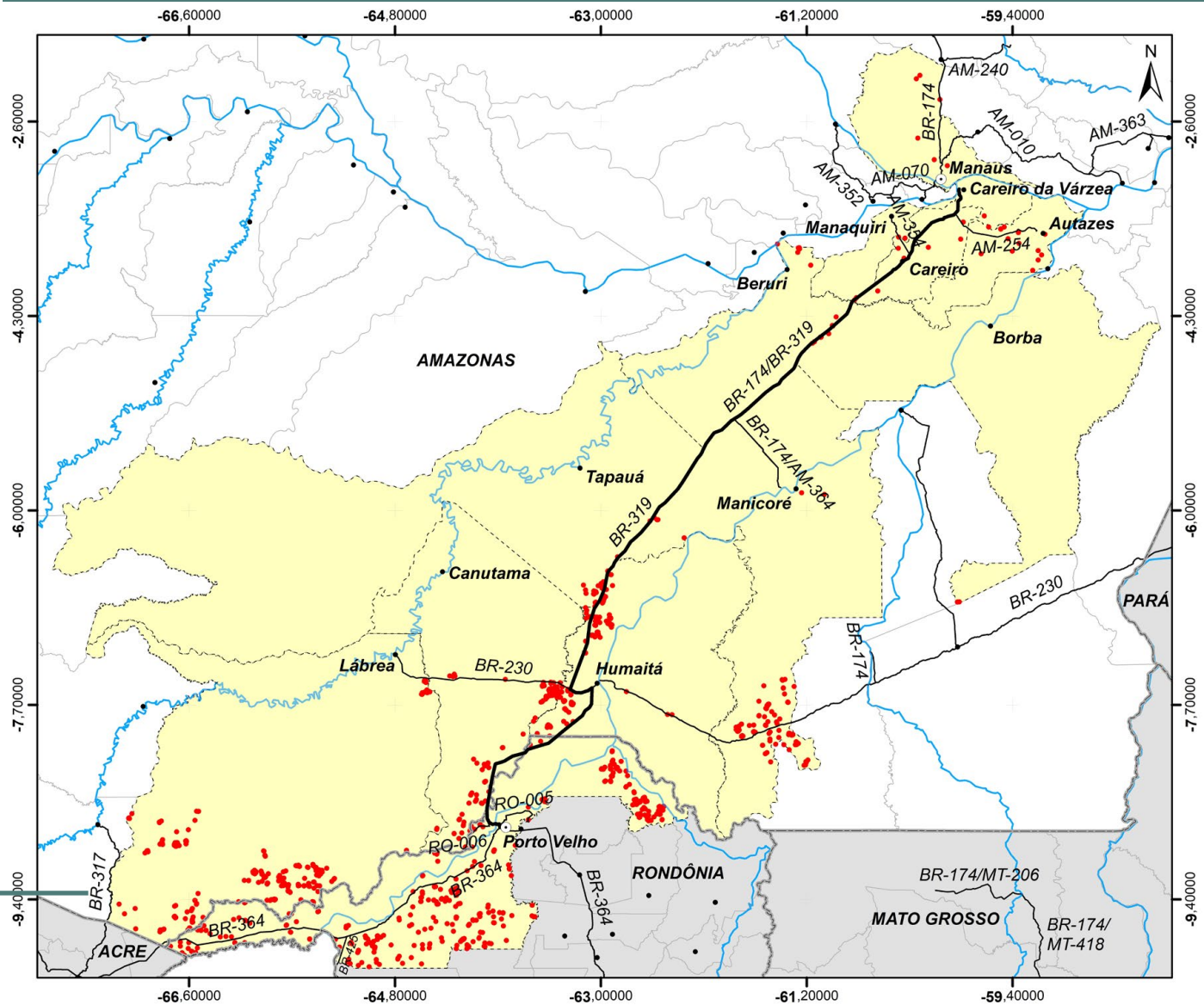
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Junho 2021





# Monitoramento da Covid-19

## NOVOS CASOS

Entre 15 de junho e 15 de julho, dos 13 municípios sob influência da BR-319, as duas capitais e quatro municípios do interior registraram mais de 100 novos casos de covid-19, conforme a tabela.

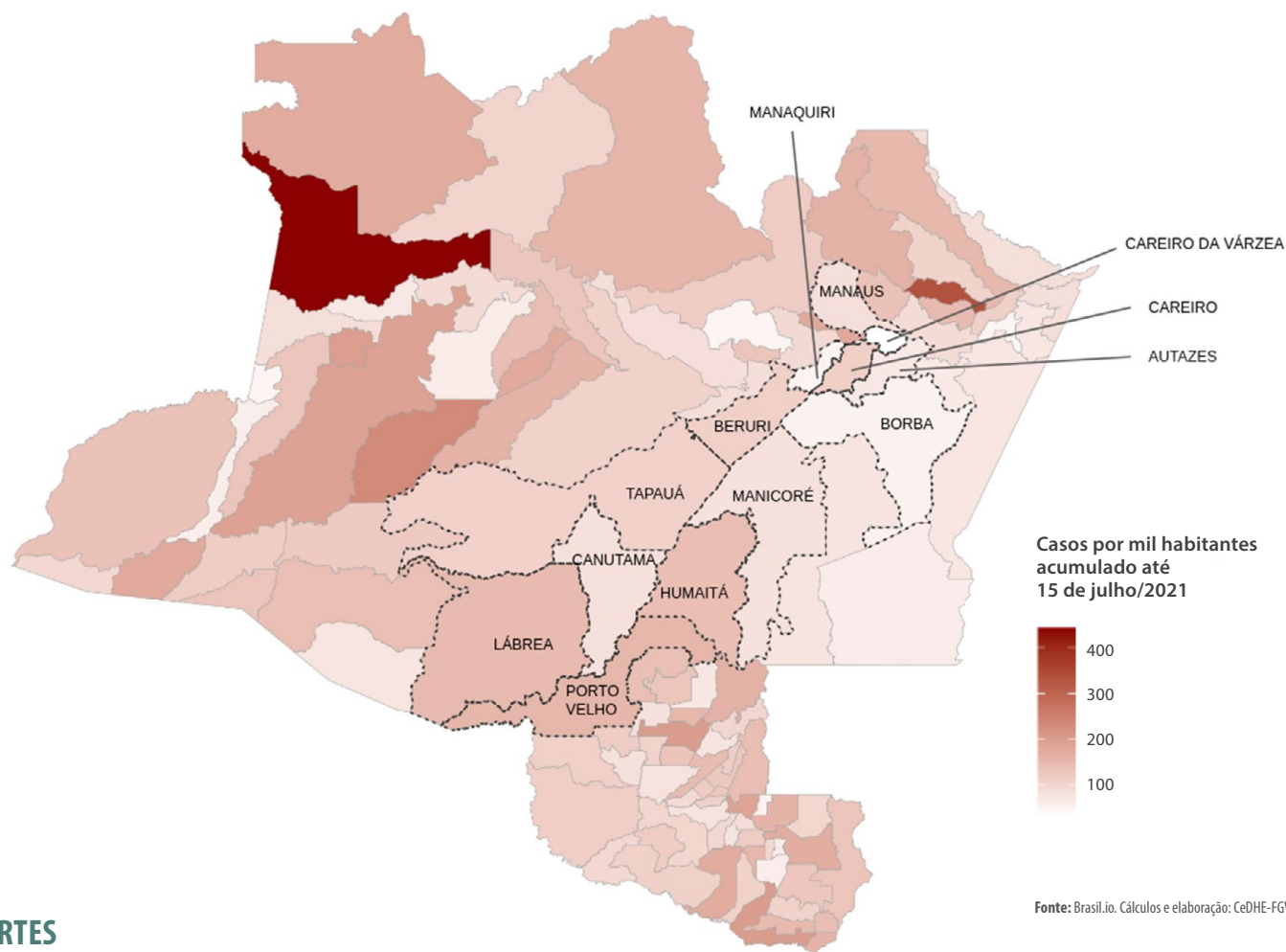
Manaquiri e Borba foram os dois municípios com maior crescimento percentual neste mesmo período: os 260 novos casos em Manaquiri correspondem a um crescimento de 17,6% em relação ao total de casos acumulados até o dia 15 de junho, enquanto os 160 novos casos em Borba, 7,41%.

### MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 COM MAIS DE 100 NOVOS CASOS DE 15 DE JUNHO A 15 DE JULHO DE 2021

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS
Manaus	10.192
Porto Velho	3.882
Manaquiri	260
Humaitá	174
Borba	160
Lábrea	102

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de julho/2021.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

## MORTES

Entre 15 de junho e 15 de julho, foram registradas 231 mortes nos 13 municípios sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia, até o último dia 15, foram 12,4 mil mortes. No interior, Borba chama atenção pelo número de mortes no último mês: foram nove mortes, representando um aumento de 15% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia.

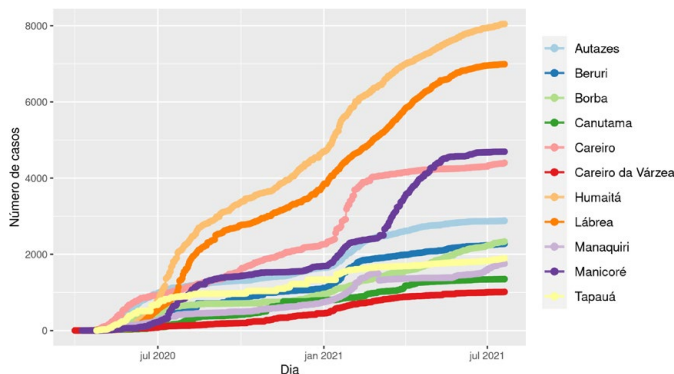


### CASOS ACUMULADOS

Entre 15 de junho e 15 de julho, foram registradas 231 mortes nos 13 municípios sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 12,4 mil mortes.

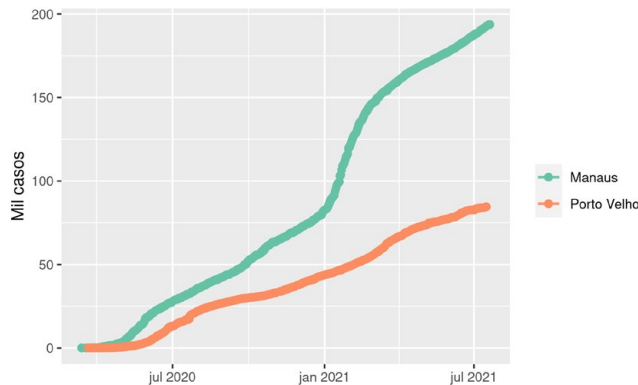
No interior, Borba chama atenção pelo número de mortes no último mês: foram nove mortes, representando um aumento de 15% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia.

#### CRESCIMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



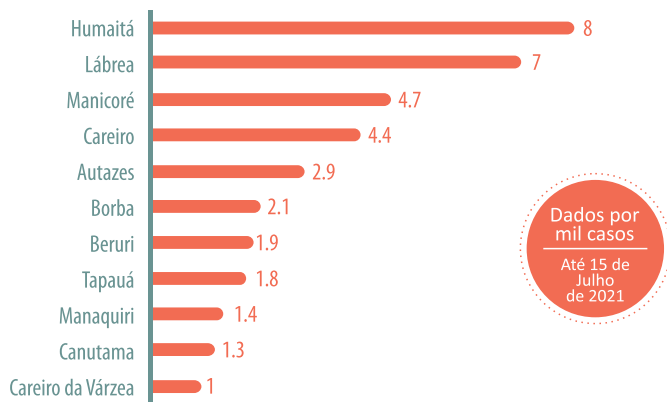
Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

#### CRESCIMENTO NAS CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



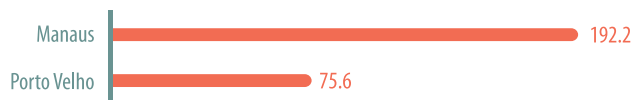
Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

#### 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Dados por mil casos  
Até 15 de Julho de 2021

#### CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

### NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19

### NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas

### NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19

**CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO**



# Ciência

# “Ainda temos a oportunidade de impedir que a BR-319 se transforme na ‘Rodovia do Desmatamento’”

Por **Juliana Leroy Davis**

A BR-319 foi pavimentada e inaugurada nos anos 1970 para, supostamente, diminuir o isolamento do estado do Amazonas em relação ao restante do Brasil.

Naquela época, o mundo era outro e tínhamos uma relação diferente com o meio ambiente. Abandonada em 1988, por se tornar intransitável, hoje, o Governo Bolsonaro tem falado na obra como prioridade entre investimentos de infraestrutura a fim de “promover a trafegabilidade durante todo o ano e garantir o funcionamento de serviços essenciais”. Se sua pavimentação beneficia comunidades locais, o que é questionável, por outro lado, traz grandes consequências negativas ao meio ambiente e à economia brasileira. No Brasil de hoje, com o desmonte sistemático dos órgãos de comando e controle e a falta de investimento em políticas públicas e ambientais, o asfaltamento da BR-319 tem tudo para se tornar um catalisador de um desastre socioambiental.

A repavimentação abrirá as veias dessa porção da floresta à ex-



*Juliana Leroy, uma das autoras do estudo “Pavimentação da BR-319, a Rodovia do Desmatamento”*

Foto: Juliana Leroy / Arquivo Pessoal

ploração, colocando em risco 40 unidades de conservação, 6 milhões de hectares de terras públicas e 50 Terras Indígenas. Além disso, as comunidades indígenas da região, com cerca de 18 mil pessoas, vêm sendo ignoradas nos processos de consulta pública que, até agora, não foram realizados. O respeito ao processo de licenciamento das obras é um ponto importante e que vem sendo negligenciado e, por vezes, ameaçado por mudanças discutidas no Congresso Nacional.

Há, pelo menos, vinte anos, temos estudado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) os efeitos do desmatamento na economia brasileira. De maneira resumida, considerando que as obras sejam realizadas, haverá aumento da população local, expansão agrícola e ocupação de terras. Assim, as taxas de desmatamento do estado do Amazonas podem aumentar quase 8 vezes e chegar a 9,4 mil km<sup>2</sup> por ano em 2050. Essa perda de floresta afetará a regulação de chuvas em regiões estratégicas para o agronegócio brasileiro causando um prejuízo estimado em mais de 350 milhões de dólares anuais na geração de energia hidrelétrica, cultivo de soja e pecuária.

Estudos já questionaram a utilidade das obras na BR-319, pois o rio Madeira é a principal via de transporte para escoamento da produção agropecuária da região e, Manaus, já se encontra bem servida por transporte fluvial. A sustentabilidade econômica e socioambiental do asfaltamento da rodovia é duvidosa e, diante do estado calamitoso da infraestrutura viária nas regiões produtivas do País, sua prioridade é definitivamente inaceitável como estratégia de desenvolvimento nacional. Portanto, com a atual crise econômica, pandemia de Covid-19 e ausência de governança ambiental, devemos nos perguntar se é de fato de interesse do povo brasileiro um investimento tão custoso, sem potencial retorno socioeconômico e com enorme impacto socioambiental. Ainda temos a oportunidade de impedir que a BR-319 se transforme na ‘Rodovia do Desmatamento’.

**Juliana Leroy Davis** é bióloga, mestre e doutoranda na área de Modelagem de Sistemas Ambientais na UFMG. Ela é uma das autoras do estudo “**Pavimentação da BR-319, a Rodovia do Desmatamento**” publicado pelo Centro de Sensoriamento Remoto/ UFMG no qual foi baseada essa notícia.



# Minuto BR



## Entregas



O Dnit protocolou no dia 30 de junho as complementações do **EIA/RIMA do Trecho do Meio** solicitadas em fevereiro pelo Ibama. O assunto foi abordado pelo **Informativo OBR-319 em março**, detalhando o que foi pedido. Já as complementações solicitadas pela Funai devem ser entregues em 06 de agosto.

## Contratação 1



A consultoria ambiental **Via Fauna** fará a construção das passagens de fauna no Lote C e no Trecho do Meio. A responsável pela obra será a especialista em ecologia **Fernanda Delbrego Abra**, que tem em seu currículo mais de 40 projetos em rodovias, ferrovias e aeroportos relacionados ao manejo de animais silvestres para redução de impactos e segurança operacional. Premiada internacionalmente pela sua atuação profissional, ela tem experiência no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos de transporte no estado de São Paulo; coordena um grupo do ICMBio para redução de atropelamentos de grandes felinos, canídeos e ungulados ameaçados de extinção; e está realizando a implantação de projeto semelhante ao que fará na BR-319 em um trecho da BR-174.

## Contratação 2



A **MRS Ambiental** será responsável pelos estudos ambientais para a reconstrução do Trecho do Meio. A empresa, contratada em julho, deve elaborar o Plano Básico Ambiental (PBA), o Inventário

Florestal, o Projeto Arqueológico, o plano de ação de combate à malária, campanhas de fauna e demais obrigações ambientais requeridas para a realização das obras. Com isso, o Dnit espera obter a Licença de Instalação (LI) e a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) requeridas **no processo de licenciamento ambiental**.

## Contratação 3



Ainda atendendo a exigências do Ibama, está aberto o **edital de contratação**, por meio de licitação eletrônica, para empresa que fará a execução do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). A escolhida fará ações de recuperação como o plantio de mais de 120 mil mudas, hidrossemeadura em mais de um milhão de metros quadrados, construção de diques para controle erosivo em mais de mil metros quadrados, entre outras.

## Esclarecimentos



No entanto, a secretária de apoio ao licenciamento ambiental e à desapropriação, do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Rose Hofmann, explicou ao OBR-319 que as obras no Trecho do Meio não devem começar tão cedo. “Muita coisa que está sendo divulgada na imprensa diz respeito às obras no Lote C, que hoje tem **respaldo judicial** para começar. No entanto, devido ao nível elevado dos rios, estão apenas mobilizando canteiros”, disse Rose em reunião com representantes das organizações membro. “Esse contrato de estudos ambientais não tem efeito se a Licença Prévia (LP) não for aprovada. Se as complementações atenderem ao que foi solicitado pelo Ibama, e as audiências correrem bem, podemos acreditar em LP em 2021,

mas LI não. A única obra que tem condição de começar em 2021 é o Lote C mesmo”, completou.

## Pé no freio



O **MPF recomendou** ao Ibama não promover discussões sobre o Trecho do Meio “antes de realizar estudos abrangentes que contemplem toda a extensão da estrada”. O Dnit planeja realizar audiências em Manaus, Careiro, Manicoré e Humaitá, a partir de setembro, em locais estratégicos com transmissão pela *internet* para outros pontos de reunião simultaneamente. A ideia era permitir a participação de interessados, mas evitar aglomerações. “A eventual concessão de licença prévia com base em estudo de impacto ambiental que não contempla o empreendimento em toda a sua extensão — no caso, o Trecho C e o Trecho do Meio da rodovia BR-319 — **é crime ambiental**, sujeitando o servidor público às penas do artigo 67 da Lei nº 9.605/987 e à perda do cargo”, destacou o MPF.

## Na mídia



O OBR-319 foi destaque em importantes veículos de comunicação neste mês. Primeiro, pelo lançamento da **Nota Técnica “A bioeconomia em Unidades de Conservação do sul do Amazonas e o impacto da pandemia do novo coronavírus”**, que repercutiu em portais de notícias, na TV Band AM e na rádio BandNews FM. Segundo, como uma fonte confiável de informações sobre o processo de licenciamento da rodovia, no **portal Brasil de Fato** e na **agência Mongabay**.



## Expediente

**Coordenação** // Fernanda Meirelles (Idesam)

**Edição, Editoração e Textos** // Izabel Santos (Idesam)

### Monitoramentos

**Focos de Calor e Desmatamento** // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam);  
Thiago Marinho (Idesam)

**Análises e Textos** // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

**Levantamento de Dados e Mapas** // Thiago Marinho (Idesam)

**Covid-19** // Eliana Lins Morandi (CeDHE-FGV)

**Revisão** // Angélica Mendes (WWF-Brasil); Fernanda Meirelles (Idesam);  
Guillermo Estupián (WCS Brasil); Letícia Cobello (Idesam); Mônica Figueiredo (Coiab);  
Paula Carolina Paes Guarido (Idesam); e Thiago Marinho (Idesam).

**Coordenação de Divulgação** // Samuel Simões Neto e Izabel Santos (Idesam)

**Projeto Gráfico e Diagramação** // Sílvio Sarmento (SS Design)

[www.observatoriobr319.org.br](http://www.observatoriobr319.org.br)

### REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO  
**BR-319**



**FAS**  
Fundação  
Amazônia  
Sustentável



**idesam**

